

Pastore volta aos EUA na sexta-feira

Fritz Utzeri

Nova Iorque — O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, estará novamente em Nova Iorque na sexta-feira, para se reunir com os bancos do comitê de assessoria da dívida externa e iniciar, formalmente, as negociações da chamada fase 2 do programa brasileiro. Ontem, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e Pastore estiveram reunidos com o banqueiro Bill Rhodes (Citibank), presidente do comitê, e com os dois vice-presidentes. Ontem mesmo voltaram ao Brasil, onde participarão hoje da reunião do Conselho Monetário Nacional.

À tarde, na sede do Banco do Brasil em Nova Iorque, Galvêas disse que o Brasil está trabalhando em três frentes: no FMI, onde entregará a 3ª Carta de Intenção amanhã, para os anos de 83, 84 e 85; de governo a governo, através do Clube de Paris, com os anos de 83 e 84; e com os bancos privados, para o restante de 83 e 84.

— Com os bancos, nós vamos procurar o refinanciamento do principal e conseguir novos recursos para cobrir o resíduo necessário ao financiamento do balanço de pagamentos — disse o Ministro. Galvêas não quis adiantar o que será

negociado com os bancos sexta-feira.

A um repórter que quis saber “quando a coisa vai melhorar”, Galvêas respondeu que será quando o país acumular, com persistência e continuidade, saldos na balança comercial — “é por aí que vamos resolver os nossos problemas”. O Ministro disse que, no momento, o clima dos entendimentos comerciais com os EUA é “muito bom”.

Sobre a aprovação da lei salarial no Congresso, mostrou-se otimista: “A lei é necessária, boa nas suas finalidades, e estou confiante em que vai ser aprovada”, disse. Referindo-se ao Deputado Rubem Medina, que considerou a lei “polêmica” e defendeu medidas complementares para compensar a perda do poder aquisitivo dos salários, o Ministro deu-lhe razão, mas aproveitou para afirmar que o Governo vem aumentando a carga tributária sobre as empresas, limitando aluguéis e reajustes da casa própria, controlando alguns preços e adotando um perfil de austeridade. Assim, a nova lei salarial está, para ele, “num contexto de justiça social”.